

Discurso de abertura do 2º Congresso Português de Sociologia

José Madureira Pinto*

Senhor Presidente da República
Senhor Secretário de Estado do Sistema Educativo
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Senhor Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian
Senhor Presidente da Associação Internacional de Sociologia
Ilustres Convidados
Caros Colegas
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em nome da Associação Portuguesa de Sociologia, começo por dirigir a todos os presentes algumas palavras de agradecimento e saudação.

Agradecimento e saudação ao Chefe de Estado, Governantes e demais Autoridades pelo facto de, com a sua presença, nos estarem dando sinal claro de que a investigação, o ensino e a prática profissional em sociologia são, hoje, actividades formalmente reconhecidas e respeitadas nos patamares mais elevados da decisão política. Não ignoramos o sacrifício pessoal que V. Ex^a, Senhor Presidente da República, teve de fazer hoje para aqui estar connosco. E também sabemos que assumiu o encargo com grande convicção e inexcedível entusiasmo - por isso não esqueceremos esse gesto!

Aos representantes das entidades que apoiaram nos planos financeiro e logístico a realização deste congresso, dirijo o meu agradecimento e saudação por terem acreditado no interesse dos temas e na qualidade das comunicações e debates que vão ocupar-nos ao longo dos trabalhos.

Para os convidados que aqui estão representando instituições de ensino e investigação e associações da nossa ou de outras áreas de conhecimento, nacionais ou estrangeiras, uma palavra de agradecimento e saudação por terem entendido, como era nosso desejo, que a difusão do saber sociológico justifica a transgressão de todas as fronteiras disciplinares instituídas e tem de procurar sobrepor-se por princípio, mais ainda do que por tratado, às sempre absurdas alfândegas do pensamento. Agradecimento e saudação também aos autores de comunicações e demais participantes no Congresso, por terem aceite o desafio de tornar públicos e de submeter à crítica fundamentada dos colegas de ofício os resultados da sua

* Presidente da Direcção da A.P.S.

reflexão, pesquisa e experiência profissional, mesmo correndo o risco de não o poderem fazer - dada a envergadura deste encontro - nas condições de enunciação ideais.

O 2º Congresso Português de Sociologia não teria sido possível sem o empenhamento entusiástico dos elementos que estiveram mais directamente ligados a tarefas executivas no longo período da sua preparação. Ainda em nome da APS, mas agora também em meu próprio nome, a todos quero dirigir aqui agradecimento muito especial.

Não existe informação inteiramente fidedigna sobre a extensão e composição do universo dos sociólogos portugueses. Compulsando os elementos disponíveis, estima-se entretanto que nele se integram de seis a sete centenas de indivíduos. Cerca de 50% exercerão actividades docente e/ou de investigação no âmbito do ensino superior universitário e politécnico. A outra parcela, que tem vindo a crescer em termos absolutos e relativos, reparte-se por variados sectores da administração pública central, regional e autárquica, por empresas e respectivas associações, por organizações sindicais e de solidariedade, gabinetes de consultoria, etc.

Se é verdade que os grandes centros urbanos do litoral continental, aí onde também se localizam os pólos universitários de maior porte, concentram a maioria dos postos de trabalho, o que também se sabe é que a presença de sociólogos nos Açores e na Madeira e nas regiões do interior deixou de ser excepcional e tem mesmo, em distritos como Beja, Évora e Portalegre, significado estatístico assinalável.

A ideia de que é já relativamente extensa a mancha de implantação e de intervenção profissional activa dos sociólogos no espaço nacional sairá, aliás, reforçada, se atendermos ao facto de os autores de comunicações a este Congresso, provindo embora ainda maioritariamente do espaço universitário, representarem mais de cinco dezenas de instituições.

É uma situação que não pode deixar de estar relacionada com um dos traços específicos da nóvel sociologia portuguesa. Refiro-me à capacidade que ela vem demonstrando de evitar dissociar estritamente os desígnios e exigências da investigação científica, por um lado, dos da intervenção social profissionalizada, por outro.

Ninguém duvida de que, não obstante todas as suas virtualidades, o cruzamento entre temáticas, metodologias de observação e estratégias interpretativas que desse modo se pode promover coloca problemas de resolução difícil, e não está isento de armadilhas. E por isso é que, tendo sido já objecto de discussão há quatro anos neste mesmo local, volta o tema a assumir posição de destaque no 2º Congresso Português de Sociologia. O património de reflexões e experiências entretanto acumulado - e progressivamente racionalizado no âmbito de iniciativas da Secção do Campo Profissional da APS - permite reavaliar a questão à luz de uma proposta de Código Deontológico que aqui vai ser apresentada, para discussão, à comunidade sociológica portuguesa.

Não é este um instrumento cuja concepção e aplicação se compadeça com puritanismos fixistas. Um código deontológico só se transforma em elemento de

autêntica qualificação profissional quando se liga intimamente a dinâmicas de discussão entre especialidades capazes de promover uma saudável desconfiança metódica relativamente a pressupostos, estereótipos e rotinas instaladas no seu trabalho. Através da realização dos seus Congressos e, tanto quanto possível, no futuro, de Conferências Anuais abertas a toda a comunidade sociológica, mas também por intermédio de encontros menos imponentes e tematicamente mais centrados como os que a Secção de Sociologia da Educação tem promovido, não hesitará a APS em procurar contribuir, em continuar a contribuir, para a preservação e alargamento dos espaços de discussão entre os sociólogos. Neste sentido, quero repetir aqui o apelo à constituição de núcleos regionais que temos dirigido aos nossos associados: parece-nos, sinceramente, que por aí há-de passar a possibilidade de máxima afirmação da sociologia no futuro próximo.

Seria, aliás, lamentável que, perante os processos - intensos, pluridireccionais e contraditórios - de mudanças que percorrem a sociedade portuguesa, a intervenção dos sociólogos não chegasse a ser solicitada por, antes, não haver sido pressentida. E a verdade é que, não obstante ser ainda curto o período de consolidação da sociologia em Portugal, a nossa disciplina pode ostentar, no confronto, hoje inevitável, com outros contextos nacionais, «vantagens comparativas» assinaláveis.

A primeira dessas vantagens está associada à tendência para a auto-reflexividade epistemológica e metodológica que tem marcado as investigações neste domínio. É um sub-produto feliz do atraso com que entre nós emergiu a sociologia, já que se liga ao facto de, no limiar da era democrática, um dos apoios fundamentais da disciplina ser formado por um conjunto de trabalhos centrados nos fundamentos e problemas específicos do conhecimento sobre os fenómenos sociais. Tratando-se de um refúgio temático adequado a contornar os constrangimentos da censura política, tal domínio de preocupações correspondia também, e sobretudo, às necessidades de reconversão da primeira geração de sociólogos - cuja formação de base não podia ser senão o Direito, a Economia, as Letras ou mesmo a Engenharia. Ao encontrar boas condições de difusão nos cursos de sociologia criados depois de 1974, o acervo de reflexões a que me estou referindo (e a atitude crítica e auto-crítica a que conduziu) acabou por se repercutir com vantagens reconhecíveis no desenvolvimento ulterior da disciplina.

Nunca será demais salientar o papel decisivo que, à frente do Gabinete de Investigações Sociais, teve em todo este processo de delicada germinação da nossa disciplina, o Professor Adérito Sedas Nunes. Alguns meses depois da sua morte, creio que a melhor forma de lhe prestarmos homenagem será comprometermo-nos a tomar como modelo da nossa prática profissional o sentido de rigor intelectual, mas também a indefectível paixão pela sociologia, tão patentes na sua obra.

Outro traço importante da sociologia portuguesa, ainda imputável ao modo de recrutamento da primeira geração de sociólogos e à prolongada indefinição institucional da sua fase de formação, é o de uma abertura à pluridisciplinaridade e à eleição de objectos de estudo «de fronteira», por vezes bem inovadores relativamente aos padrões de identidade e excelência científicas instalados noutros con-

textos intelectuais. Munindo-se de instrumentos teóricos e metodológicos com origens disciplinares múltiplas, os sociólogos portugueses têm-se debruçado sobre objectos como o Estado e os partidos, as Forças Armadas e a administração da justiça (casos em que conscientemente se ultrapassam fronteiras convencionais com a Ciência Política e o Direito), sobre rituais e outras práticas culturais referidas a microcosmos e grupos bem circunscritos (com abordagens muito próximas da Antropologia), sobre estratégias económicas na agricultura familiar e outros sectores informais da Sociedade Portuguesa (aqui em articulação estreita com a Economia), sobre valores, representações e práticas discursivas (conjugando esforços com a Psicologia Social e as Ciências da Linguagem), etc.. A tendência para incorporar na pesquisa as dimensões diacrónica e espacial dos factos sociais revela abertura idêntica, agora em relação à História e à Geografia, restando acrescentar que o esforço que se tem feito no sentido de uma teorização global da sociedade portuguesa enquanto sociedade semi-periférica ou de desenvolvimento intermédio se reveste, ele também, de alcance eminentemente pluridisciplinar.

Por razões igualmente imputáveis à história da institucionalização da disciplina no nosso país, e que passam pela manutenção de graus elevados de democracia interna, a comunidade sociológica está longe de se encontrar espartilhada por qualquer orientação paradigmática tendencialmente exclusivista. Diversamente do que ocorre noutros espaços nacionais e noutros contextos disciplinares, não se verifica entre nós a fragmentação do campo científico em Escolas, as quais, não raramente, permitem que os interesses puramente institucionais se sobreponham às boas razões científicas. Em relação ao que ocorre na Europa intelectual do Centro - onde, com frequência, as estratégias de demonstração são sobretudo estratégias de demarcação e em que a ignorância recíproca de efectivas convergências teóricas atinge níveis inauditos - em relação a tal situação, dizia eu, a sociologia portuguesa está bem e recomenda-se.

Passo a abordar um quarto traço virtuoso, o que diz respeito a assumidas preocupações com o processo de observação dos fenómenos sociais. Nunca se tendo deixado fascinar pelas ilusões empiristas e formalistas que, noutros quadrantes, chegaram a informar os modelos e práticas dominantes da pesquisa sociológica, mas não descurando também a reflexão sobre os limites do teoricismo, sobre as necessidades de articular diferentes níveis de análise, sobre a especificidade da medida dos fenómenos sociais - a sociologia portuguesa mostrou-se capaz de forjar orientações metodológicas que não hesito em considerar progressivas. Velhos maniqueísmos como os que foram opondo explicações a compreensão, métodos qualitativos a métodos quantitativos, macro a microsociologia, global a local, e outros mais, não chegaram a ter, entre nós, expressão relevante, por cedo terem sido no essencial superadas. Daí, que até nos pareça excessivo, quando não mesmo um pouco anacrónico, o calor que noutros lados põem no combate os sempre renovados caçadores de dogmas sociológicos.

Numa era em que as atenções surgem, por vezes, obsessivamente centradas nas técnicas de tratamento da informação, esta nossa forte consciência metodológica vai mostrando que, se se quiser aperfeiçoar a qualidade da investigação e da

prática profissional, há um esforço fundamental a fazer na discreta e humilde esfera da recolha de informação. Daí têm decorrido múltiplas sugestões para uma reformulação do sistema de indicadores económico-sociais convencionais, mas estou convencido de que a extensão dos efeitos desta nossa vantagem comparativa a outros domínios disciplinares - que não só das ciências sociais - constitui igualmente empreendimento ao nosso alcance.

Não gostaria de passar a outro ponto sem acrescentar o seguinte: se acredito que a sociologia que entre nós se pratica contém todos estes traços virtuosos, não creio que eles possam, com facilidade, ganhar visibilidade a afirmar-se no plano internacional. Sabe-se como os circuitos de difusão científica estão longe dos padrões de concorrência perfeita e só por ingenuidade pode ignorar-se, por outro lado, a influência que neles exercem lobbies nem sempre inteiramente criteriosos. Mas há, com certeza, meios para ajudar a resolver esta dificuldade de projecção, no exterior do trabalho que realizamos. A APS procurará, em articulação com outras instâncias, avançar nesta direcção, fazendo eu votos para que no 3º Congresso possamos registar progressos efectivos a tal respeito.

A visão optimista sobre o estado da sociologia portuguesa que aqui transmiti também não deve ser interpretada como manifestação de uma confiança ilimitada no seu futuro.

Não há dinâmicas científicas progressivas que possam perpetuar-se na ausência de condições materiais mínimas, nomeadamente no plano do financiamento público à pesquisa. Ora, a este propósito, somos obrigados a constatar que a situação e perspectivas dos sociólogos portugueses, na altura da realização do seu 1º Congresso, eram bem mais positivas do que as que hoje se nos deparam. Como é sabido, os últimos anos têm sido particularmente difíceis para as Universidades, instituições que polarizam competências e energias decisivas no panorama científico nacional, ao mesmo tempo que têm descido a níveis preocupantes os montantes de financiamento concedidos, pelas instâncias competentes, a projectos de investigação na nossa área.

O argumento de que uma tal retracção do Estado pode ser compensada, sem quaisquer inconvenientes, através de um grande dinamismo na «prestação de serviços», não nos convence. Sem a salvaguarda de espaços de independência na eleição e formulação dos problemas e na construção de métodos, sem a abertura indispensável à controvérsia e criação teóricas minimamente ousadas, sem qualquer salvaguarda e sem esta abertura - que, em Portugal, só o financiamento público à pesquisa permite obter -, o que podemos esperar é uma progressiva degenerescência da sociologia portuguesa, nas suas componentes de investigação fundamental, de investigação aplicada e também de intervenção profissional. Em última análise, será, então, a própria qualidade global da «prestação de serviços» a ressentir-se das persistentes restrições orçamentais impostas à pesquisa.

Mas não constituirá, afinal, este enunciado da perplexidades e prevenções mais um sinal de conhecidas dificuldades da sociologia em encarar a questão da sua utilidade?

Espero que o que atrás já disse acerca das virtualidades do relacionamento entre investigação e acção profissional afaste, no caso, essa acusação. Mas aos que mantenham dúvidas, não resisto a recomendar a leitura do que entre nós se tem publicado em domínios tão variados como a sociologia do trabalho e das organizações, sociologia do meio rural, dos processos de urbanização e dos modos de vida citadinos, sociologia da educação, da cultura e da informação, sociologia do poder, das instituições e das práticas políticas, sociologia da família e dos afectos, sociologia dos valores, aspirações e práticas juvenis, sociologia da doença, do envelhecimento e da morte, sociologia do lazer e da festa, sociologia das migrações, da mobilidade e da recomposição social...

Está-se longe, nesses trabalhos, do mero acumular de exercícios académicos: o que através deles se tem vindo a desenhar, e com traço inusitadamente seguro, é o conjunto dos fios condutores da mudança social em Portugal. Ora, haverá conhecimento mais útil do que o que permite aos actores sociais, incluindo os protagonistas institucionais, situarem-se lucidamente em relação às mutáveis circunstâncias da sua existência?

Defendo, aliás, que, no exercício da sua profissão, os sociólogos não se conformem com visões restritivas e estáticas do que é a utilidade da disciplina.

Nesta perspectiva, julgo indispensável repudiar a ausência sistemática da sociologia em projectos de investigação aplicada referenciados a outros domínios do saber. Como aqui nos dizia, há quatro anos, o então Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, e cito, «à medida que as decisões vão tendo uma base mais científica, os projectos de investigação aplicada devem passar a ter componente económica e sociológica cada vez mais forte» (fim de citação). O passo mais que, nesta direcção, é preciso dar consiste em reivindicar a própria diluição de fronteiras entre problemas técnicos e problemas sociais. Se a construção de uma auto-estrada ou de uma grande ponte já vai exigindo a elaboração de estudos de impacte ambiental, custa aceitar que essa mesma construção, ou a abertura de uma passagem desnivelada numa grande avenida, ou a implantação de empreendimentos industriais ou habitacionais de envergadura, não sejam, por princípio, precedidas, informadas e acompanhadas nas suas complexas dinâmicas de inserção no território humanizado por minuciosos estudos de impacto social, em que obviamente o contributo dos sociólogos é fundamental. Muitos dos problemas com que hoje nos debatemos - delinquência juvenil e violência urbana, solidão e silenciamento social nos campos e nas cidades, degradação irreversível do parque habitacional, emergência de novas formas de pobreza- todos estes problemas não teriam chegado a ter a perturbante expressão que hoje têm, talvez os miúdos da rua não precisassem de cola para serem felizes, se os recursos teóricos e metodológicos da sociologia tivessem sido mobilizados, sem censuras ou anacrónicas reservas defensivas, nas instâncias de decisão competentes.

Aliás, numa estratégia de activa afirmação da sociologia como a que proponho, há lugar para uma linha de actuação ainda mais avançada: consiste ela em usar as competências específicas do ofício no sentido de ampliar e reestruturar o próprio elenco dos problemas sociais relevantes.

Não se trata de fugir aos desafios concretos que, no exercício da profissão, se nos colocam: os sociólogos não podem deixar de estar preparados para pensar os problemas que os cidadãos, os meios de comunicação e as instâncias oficiais designam como problemas sociais. Mas o que também não devem ignorar é que, pela formação específica que adquiriram e que os leva a modos peculiares de interpretar e observar os comportamentos em sociedade, está igualmente ao seu alcance formular de maneira fundamentada um conjunto de problemas que, noutros entendimentos, ou não existem ou são recalcados. A capacidade, que nos é própria, de desvendar, por detrás ou para além dos disfuncionamentos da sociedade, os nós estruturais que os geram e reproduzem, e essa outra virtude, que também é muito nossa, de reconduzir comportamentos individuais a propensões colectivamente partilhadas e estas a sistemas de relações sociais - esses atributos do nosso ofício conferem-nos trunfos na interpretação do social que devemos usar, sem qualquer arrogância intelectual face a outros profissionais mas com toda a convicção, no processo, sempre inacabado e que não deve ser unidireccional, de fixação dos problemas sociais a enfrentar.

Assim, por exemplo, se não faz sentido recusarmos a importância da toxicodependência ou da delinquência juvenil como problemas sociais, tudo aponta para que, em nome do realismo sociológico, tenhamos de indagar se não será também, e antes disso, problema o desajustamento, que parece agravar-se nas sociedades contemporâneas, entre as expectativas criadas pela escolarização e outras engrenagens de socialização, por um lado, e as oportunidades de efectiva participação dos jovens no trabalho, na criação cultural e na vida cívica, por outro.

Reconheçamos que a criminalidade em meio urbano é um problema social. Mas não o será igualmente a progressiva desertificação dos espaços públicos e de sociabilidade, imputável à voraz terciarização das grandes cidades? E a proliferação de florestas de cimento armado dos subúrbios, nada terá a ver com a insegurança de que justamente se queixam os cidadãos?

Será o congestionamento e stress urbano o problema social a resolver ou residirá ele, antes e sobretudo, nos modelos dominantes de desenvolvimento regional e de difusão de mitologias consumistas?

Constituirá a ausência de participação política dos cidadãos o grande problema que as democracias estabilizadas têm de resolver, ou estará ele de facto alojado nos processos de formação compulsiva de opiniões e dissidências que, através do espectáculo mediático, o poder democrático promove ou induz?

Perante atrasos económicos iniludíveis, será a modernização tecnológica o grande problema a resolver, ou, por outro lado, devem as preocupações deslocar-se sem perder de vista a primeira componente para o terreno da inovação e mudança organizacional e da humanização do trabalho?

Não ignoro as resistências com que sempre se há-de defrontar esta forma peculiar de interrogar a realidade e identificar problemas sociais. Virão elas sobretudo dos que esperariam encontrar nas ciências da sociedade um instrumento privilegiado para legitimar e fazer adoptar decisões já tomadas em função de juízos simplificadores e pressupostos ideológicos indiscutidos. Não admira que, para

esses, a interrogação sociológica surja, mais ainda do que a sua própria metodologia, como o inverso absoluto da eficácia.

É um mal-entendido que a progressiva difusão do saber sociológico e o exercício competente da nossa profissão, ao permitirem apurar e redefinir os limites da acção possível e eficaz, poderão vir a atenuar.

Nesse processo, necessariamente lento, de esclarecimento da consciência social, e que não pode desligar-se da efectiva democratização da vida institucional, o que também se irá promovendo é o exercício emancipador das liberdades individuais - e vislumbro aqui um novo domínio de aferição da utilidade da sociologia.

Dir-me-ão que já divago, quando invoco, a este propósito, o diáfano tema da liberdade. Mas, de facto, não divago e desde logo porque estou a referir-me a um precioso e muito concreto pedaço do nosso mínimo vital, bem como à defesa, lúcida e apaixonada, que dele pode fazer a sociologia. Insisto em que é ainda da utilidade da sociologia que estou falando quando aqui antevejo a possibilidade de alargar a esfera e o alcance das liberdades através da difusão do olhar e entendimento propriamente sociológicos. Outorgando a cada agente social e cidadão um poder acrescido de avaliação dos constrangimentos (incluindo certas mitologias da liberdade) a que estão sujeitas as suas práticas e omissões, a sociologia torna-se inevitavelmente um instrumento de liberdade. Como diz Pierre Bourdieu, «todo o progresso no conhecimento da necessidade é um progresso na liberdade possível(...) Uma lei (social) ignorada é uma natureza, um destino; uma lei (social) conhecida surge como possibilidade de uma liberdade»

Muito obrigado

*Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
5 de Fevereiro 1992*